



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS

SUPRAM TRIÂNGULO MINEIRO - Diretoria Regional de Regularização Ambiental

Parecer Técnico SEMAD/SUPRAM TRIANGULO-DRRA nº. 7/2021

Belo Horizonte, 01 de fevereiro de 2021.

<b>Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (RAS) nº 24922689 (SEI)</b>			
<b>Processo</b> 520/2021	<b>SLA:</b>	<b>SITUAÇÃO:</b> Sugestão pelo Deferimento	
<b>EMPREENDEDOR:</b> FABIO ABADIO ANANIAS DA SILVA		<b>CPF:</b> 032.517.556-09	
<b>EMPREENDIMENTO:</b> FABIO ABADIO ANANIAS DA SILVA		<b>CPF:</b> 032.517.556-09	
<b>MUNICÍPIO:</b> Uberlândia/MG		<b>ZONA:</b> Rural	
<b>COORDENADA GEOGRÁFICA:</b> LAT: 19° 05' 40,9" S LONG: 48° 42' 47,6" W			
<b>CRITÉRIO LOCACIONAL INCIDENTE:</b> <ul style="list-style-type: none"><li>Não há incidência de fator locacional (empreendimento já licenciado anteriormente)</li></ul>			
<b>CÓDIGO:</b>	<b>ATIVIDADE OBJETO DO LICENCIAMENTO (DN COPAM 217/2017):</b>	<b>CLASSE</b>	<b>CRITÉRIO LOCACIONAL</b>
G-02-02-1	Avicultura	3	0
G-02-07-0	Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo	NP	0
<b>CONSULTORIA/RESPONSÁVEL TÉCNICO:</b>		<b>REGISTRO:</b>	<b>ART:</b>
Daniela Rodrigues Rosa Dias – Bióloga		CRBio 032972/04-D	20201000104680



Documento assinado eletronicamente por **Juliana Gonçalves Santos, Servidor(a) Público(a)**, em 01/02/2021, às 18:38, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



Documento assinado eletronicamente por **Rodrigo Angelis Alvarez, Diretor(a)**, em 01/02/2021, às 21:11, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 47.222, de 26 de julho de 2017](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site [http://sei.mg.gov.br/sei/controlador\\_externo.php?acao=documento\\_conferir&id\\_orgao\\_acesso\\_externo=0](http://sei.mg.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0), informando o código verificador **24922833** e o código CRC **1A703105**.

---



### **Parecer Técnico de Licença Ambiental Simplificada (LAS) nº 24922689**

Foi formalizado em 27/01/2021 via Sistema de Licenciamento Ambiental (SLA), o processo administrativo para renovação de licenciamento ambiental simplificado (LAS) nº 5658/2020, para o empreendimento FABIO ABADIO ANANIAS DA SILVA, onde se desenvolve a atividade de avicultura e bovinocultura de corte (extensivo), exercendo suas atividades no município de Uberlândia/MG. O processo foi instruído com o Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sob responsabilidade técnica da Engenheira Ambiental Daniela Rodrigues Rosa.

A atividade desenvolvida no empreendimento objeto deste licenciamento, é “Avicultura”, 173.000 cabeças, código G-03-02-1, classe 3, conforme a DN 217/2017. Como atividade secundária, desenvolve bovinocultura de corte (extensivo) em 10 ha, atividade classificada como não passível de licenciamento. Ressalta-se que que FABIO ABADIO ANANIAS DA SILVA possui a seguinte licença anterior que será renovada: LO n.º 012/2015, com prazo de validade até 08/05/2021.

A área de apoio do empreendimento bem como estruturas da atividade encontra-se na Mat 151.661 (CRI Uberlândia), que possui 24ha. Foi apresentado CAR com nº de registro: MG-3170206-CC29.D562.DBD8.4F8C.A819.ACA4.1CFE.9629. Possui uma área superior a 20% da propriedade destinada para Reserva Legal.

O setor de avicultura possui 04 (quatro) galpões, 01 (uma) casa de colono, 01 (um) escritório e 01 (uma) composteira. A casa possui fossa séptica para tratar o esgoto sanitário gerado. As aves chegam para serem alojadas com peso médio de 40 g e idade de 01 dia, permanece por um período de aproximadamente 42 dias, e, saem para o abate com peso aproximado de 2.450 kg. O sistema de produção de aves funciona na forma de integração com a empresa BRF Brasil Foods, sendo o proprietário responsável por fornecer as instalações, mão-de-obra, alimentação e água aos animais, cabendo a empresa integradora o fornecimento de animais, ração balanceada e assistência técnica.

Todos os insumos e produtos que são utilizados na atividade de avicultura são provenientes da empresa integradora. O transporte de ração da fábrica a propriedade é realizado em caminhão graneleiro. A ração, ao chegar ao empreendimento, é transferida para silos graneleiros que estão instalados próximos aos galpões. Os demais produtos, como medicamento, vacinas e material de limpeza dos galpões são armazenados em local específico, próximo das instalações.

Quando os animais atingem a idade de abate são todos retirados ao mesmo tempo do confinamento. Os animais mortos são destinados à composteira, sendo o produto gerado comercializado com terceiros para utilização na agricultura ou utilizado como adubo orgânico no imóvel. O principal resíduo gerado no empreendimento é a cama de frango.



O sistema de criação de bovinos é extensivo, onde os animais são criados ao ar livre, em área de pastagem, recebendo suplementação mineral. Os dejetos da bovinocultura ficam espalhados na pastagem e servem como adubo orgânico.

Para suprir a demanda hídrica para o consumo humano e dessedentação animal há uma captação subterrânea em poço tubular com portaria de outorga de número 1908529/2020, com validade até 12/11/2030.

Os principais impactos ambientais gerados no empreendimento incluem: animais mortos durante o processo produtivo, cama de frango, embalagens de medicamentos e lixo doméstico. De acordo com as informações apresentadas no RAS, o lixo doméstico é destinado para o sistema de coleta pública da cidade de Uberlândia, a cama de frango é utilizada na propriedade como adubo orgânico ou comercializada com terceiros, as embalagens vazias de medicamentos veterinário são recolhidas pela empresa integradora para posterior destinação final e o composto oriundo da composteira é utilizado como adubo orgânico nas áreas de pastagem do empreendimento.

Cita-se, ainda, que outros impactos ambientais relevantes não foram identificados e registrados no RAS, fato este que corrobora para o posicionamento técnico favorável à concessão da licença ambiental pleiteada.

Em conclusão, com fundamento nas informações constantes do Relatório Ambiental Simplificado (RAS), sugere-se o deferimento da Licença Ambiental Simplificada ao empreendimento "FABIO ABADIO ANANIAS DA SILVA" para a atividade de "avicultura" e "Criação de bovinos, bubalinos, equinos, muares, ovinos e caprinos, em regime extensivo".

*Este parecer técnico foi elaborado com base unicamente nas informações prestadas no Relatório Ambiental Simplificado (RAS) e demais documentos anexados aos autos do processo. Não foi realizada vistoria ao local sendo, portanto, o empreendedor e/ou consultor o(s) único(s) responsável(is) pelas informações prestadas e relatadas neste parecer.*



## ANEXO I

### Condicionantes para Licença Ambiental Simplificada do empreendimento FABIO ABADIO ANANIAS DA SILVA

Item	Descrição da Condicionante	Prazo*
01	Executar o Programa de Automonitoramento, conforme definido no Anexo II, demonstrando o atendimento aos padrões definidos nas normas vigentes.	Durante a vigência da Licença

**\*Salvo especificações, os prazos são contados a partir da data de publicação da Licença na Imprensa Oficial do Estado.**

Obs:

1 – Em razão de fato superveniente, o empreendedor poderá requerer a exclusão, a prorrogação do prazo para o seu cumprimento ou a alteração de conteúdo da condicionante imposta, formalizando requerimento escrito, devidamente instruído com a justificativa e a comprovação da impossibilidade de cumprimento, até o vencimento do prazo estabelecido na respectiva condicionante; sendo necessário instruir o pedido com o comprovante de recolhimento da taxa de expediente respectiva (Lei Estadual nº. 22.796/17 - ANEXO II - TABELA A).

2 – A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s), quando for o caso.

3 – Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital das condicionantes e automonitoramento em formato pdf., acompanhada de declaração, atestando que confere com o original.

4 - Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.

5 - Qualquer mudança promovida no empreendimento, que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência no programa de automonitoramento, deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.



## ANEXO II

### Programa de Automonitoramento da Licença Ambiental Simplificada do empreendimento FABIO ABADIO ANANIAS DA SILVA

#### 1. Resíduos Sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG

Apresentar, semestralmente, relatório de controle e destinação dos resíduos sólidos gerados conforme quadro a seguir ou, alternativamente, a DMR, emitida via Sistema MTR-MG.

Prazo: seguir os prazos dispostos na DN Copam 232/2019.

RESÍDUO				TRANSPORTADO R	DESTINAÇÃO FINAL		QUANTITATIVO TOTAL DO SEMESTRE (tonelada/semestre)		
Denominação e código da lista IN IBAMA 13/2012	Origem	Classe	Taxa de geração (kg/mês)	Razão social; CNPJ; Endereço	Tecnologia (*)	Destinador / Empresa responsável	Qtd. Destinada	Qtd. Gerada	Qtd. Armazenada
						Razão social; CNPJ; Endereço			

(\*)1- Reutilização

2 – Reciclagem

3 - Aterro sanitário

4 - Aterro industrial

5 - Incineração

6 - Co-processamento

7 - Aplicação no solo

8 - Armazenamento temporário (informar quantidade armazenada)

9 - Outras (especificar)

#### Observações

- O programa de automonitoramento dos resíduos sólidos e rejeitos não abrangidos pelo Sistema MTR-MG, que são aqueles elencados no art. 2º da DN 232/2019, deverá ser apresentado, semestralmente, em apenas uma das formas supracitadas, a fim de não gerar duplicidade de documentos.
- O relatório de resíduos e rejeitos deverá conter, no mínimo, os dados do quadro supracitado, bem como a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pelas informações.
- As doações de resíduos deverão ser devidamente identificadas e documentadas pelo empreendedor.
- As notas fiscais de vendas e/ou movimentação e os documentos identificando as doações de resíduos deverão ser mantidos disponíveis pelo empreendedor, para fins de fiscalização.



## 2. Solos

Local de amostragem	Parâmetro	Frequência de Análise
Nas áreas submetidas às aplicações de resíduos de natureza orgânica ) <sup>1,2,3,4</sup>	pH, K (Potássio), P (Fósforo), Al (Alumínio), Na (Sódio), Cu (Cobre), Zn (Zinco), Ca (Cálcio), Mg (Magnésio), S (Enxofre), Saturação por base, C (Carbono) e Matéria Orgânica. Somente no primeiro ano o empreendedor deverá analisar a textura do solo.	Anualmente

- (1) Seguir recomendação da aplicação de compostos orgânicos elaborada por técnico habilitado, seguindo os princípios agrônômicos e projetos pertinentes.
- (2) A recomendação da taxa de aplicação dos fertilizantes orgânicos no solo deve ser elaborada/revista anualmente de acordo com os critérios agrônômicos.
- (3) A amostragem deverá ser realizada na camada de 0-20 cm, conforme "Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 1 – Amostragem de solo, pg. 13 -20" (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.
- (4) A cada análise realizada, apresentar croqui da área com os pontos de amostragem georreferenciados. Caso a aplicação ocorra em propriedade diversa, anexar anuência do proprietário.

**Relatórios:** Enviar à Supram, no 1º ano, no 5º ano e no 10º ano da vigência da licença ambiental (até o 20º dia do mês subsequente às análises realizadas), as análises de solo realizadas anualmente, acompanhadas de laudo técnico conclusivo quanto ao balanço nutricional do sistema solo-planta, com ênfase no estado nutricional do solo e sua condição em continuar recebendo o tipo de fertilizante com vistas aos aspectos ambientais. O relatório deverá especificar o tipo de amostragem e conter a identificação, registro profissional e a assinatura do responsável técnico pela amostragem. Na impossibilidade da realização de amostragem pelo responsável técnico, o empreendedor deve cumprir as exigências dispostas no Art. 4º da Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 27 de outubro de 2017, para tal. Deverá ser anexado ao relatório o laudo de análise do laboratório responsável pelas determinações. Constatada alguma inconformidade, o empreendedor deverá apresentar justificativa, nos termos do §2º do art. 3º da Deliberação Normativa nº 165/2011, que poderá ser acompanhada de projeto de adequação do sistema de controle em acompanhamento.

*Na ocorrência de qualquer anormalidade nos resultados das análises realizadas durante o ano, o órgão ambiental deverá ser imediatamente informado, inclusive das medidas de mitigação adotadas.*

**Métodos de análise:** Conforme "Recomendações para o uso de corretivos e fertilizantes em Minas Gerais, 5ª Aproximação, capítulo 4 – Apresentação dos resultados das análises de solo, pg. 21 - 24" (Lopes & Alvarez, 1999) e possíveis atualizações.

## 3. Composteira

Apresentar anualmente, durante a vigência da licença, laudo técnico com ART comprovando que as composteiras estão sendo manejadas adequadamente.



### IMPORTANTE

1. Os parâmetros e frequências especificadas para o programa de Automonitoramento poderão sofrer alterações a critério da área técnica da Supram TM, face ao desempenho apresentado;
2. A comprovação do atendimento aos itens destas condicionantes deverá estar acompanhada da anotação de responsabilidade técnica - ART, emitida pelo(s) responsável (eis) técnico(s), devidamente habilitado(s)
3. *Qualquer mudança promovida no empreendimento que venha a alterar a condição original do projeto das instalações e causar interferência neste programa deverá ser previamente informada e aprovada pelo órgão ambiental.*
4. Apresentar, juntamente com o documento físico, cópia digital em formato pdf., acompanhada de declaração, atestando que confere com o original.
5. Os laboratórios, impreterivelmente, devem ser acreditados/homologados conforme a Deliberação Normativa COPAM nº 216, de 07 de outubro de 2017, ou a que sucedê-la.